

CLÁUDIA DE JESUS ARAÚJO

A ECONOMIA CAFEIRA E AS ORIGENS DA INDÚSTRIA NO BRASIL

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Luiz Antonio Domakosky

**CURITIBA
2009**

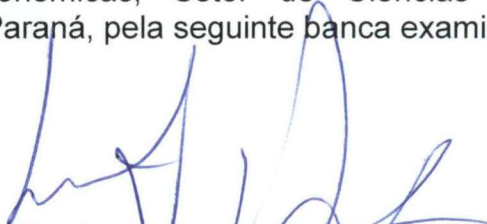
TERMO DE APROVAÇÃO

CLÁUDIA DE JESUS ARAÚJO

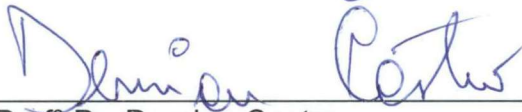
A ECONOMIA CAFEEIRA E AS ORIGENS DA INDÚSTRIA NO BRASIL


Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Profº Luiz Antonio Domakosky
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Examinadores:


Profº Dr. Demian Castro
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Profº Dr. Igor Zanon Constant Carneiro Leão
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

CURITIBA
2009

RESUMO

A presente monografia tratará do estudo da influência da economia cafeeira sobre as origens do processo brasileiro de industrialização. Para tanto, será analisado o período que se inicia em 1727, com a chegada do café no Brasil, até os anos imediatamente posteriores à crise mundial de 1929. Configurando assim, um espectro de mais 200 anos de história. O período analisado termina com a efetivação de políticas de incentivo à indústria. Indústria essa, que começara a se instalar no Brasil no final do século XIX, graças, principalmente, à transformação do capital cafeeiro em capital industrial. Essa metamorfose do capital deu-se por conta da necessidade dos cafeicultores de diversificar seus capitais, visto que não se sabia até quando o café continuaria a proporcionar lucro. Serão, portanto, apresentados tópicos que demonstram a contribuição do café para o início do desenvolvimento da indústria nacional, como por exemplo: a influência que os cafezais tiveram sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado; a diversificação da agricultura; as transformações na infraestrutura do país, como a criação de bancos e estradas de ferro; e, concluindo, a efetiva criação das primeiras indústrias de bens de consumo e, posteriormente, das de bens de produção.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	iii
1 INTRODUÇÃO	01
2 CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA EXPANSÃO CAFEEIRA	03
2.1 BREVE HISTÓRICO DO CAFÉ NO BRASIL.....	03
2.2 O VALE DO PARAÍBA E O CENTRO-OESTE PAULISTA.....	06
2.3 A MÃO-DE-OBRA ESCRAVA.....	07
2.4 A TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO ASSALARIADO.....	09
3 DESENVOLVIMENTO E CRISE DA ECONOMIA CAFEEIRA	13
3.1 A EXPANSÃO CAFEEIRA A PARTIR DE 1886.....	13
3.2 TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA CAFEEIRA: O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA.....	15
3.2.1 As estradas de ferro.....	15
3.2.2 Os bancos.....	17
3.3 A DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA.....	18
3.4 A CRISE DA ECONOMIA CAFEEIRA.....	19
3.4.1 Superacumulação e políticas de valorização do café.....	19
3.4.2 A crise da economia exportadora capitalista.....	22
4 ORIGENS DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO	23
4.1 A GÊNESE DO CAPITAL INDUSTRIAL – 1880-1914.....	23
4.2 CRESCIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL – 1914-1930.....	28
4.3 A CONSOLIDAÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL A PARTIR DE 1930.....	29
5 CONCLUSÃO	35
6 REFERÊNCIAS	37

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PRODUÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL – 1821-1900.....	06
TABELA 2 – PRODUÇÃO CAFEEIRA DE SÃO PAULO COMO PORCENTAGEM DA PRODUÇÃO CAFEEIRA BRASILEIRA E MUNDIAL 1886-1920.....	14
TABELA 3 – IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA PARA O ESTADO DE SÃO PAULO (1901/30).....	15
TABELA 4 – EXPANSÃO DAS ESTRADAS DE FERRO, DA CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS LINHAS EM 1854 A 1929.....	17
TABELA 5 – BRASIL - IMPORTAÇÃO DE ALGUNS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.....	19
TABELA 6 – EXPORTAÇÕES DE MAQUINARIA TÊXTIL PARA O BRASIL (1893-1939).....	26
TABELA 7 – PRINCIPAIS INDÚSTRIAS DESENVOLVIDAS NO BRASIL NO PERÍODO ANTERIOR E NO POSTERIOR À PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.....	28
TABELA 8 – PRODUÇÃO DE ALGUNS RAMOS INDUSTRIAIS.....	30

1 INTRODUÇÃO

O tema de estudo deste trabalho parte do princípio de que o capital cafeeiro foi o grande responsável pela geração de recursos para o início da industrialização brasileira. Foi este capital que conseguiu tirar o Brasil da recessão por que o país passava devido ao esgotamento de recursos dos ciclos econômicos anteriores (gado, minérios, cana-de-açúcar etc.).

Foi após o término destes ciclos que o café passou a ser visto como um produto que poderia ser explorado comercialmente, pois, de início, ele surge apenas como uma planta a ser consumida internamente, sem grandes chances comerciais. Mas a partir de meados do século XIX percebe-se a capacidade produtiva e geradora de riquezas nele embutida, o que revigora a capacidade exportadora brasileira, bem como abre espaço para grandes transformações na economia nacional.

Inicialmente o café era cultivado por força de mão-de-obra escrava. Com a abolição da escravatura e o fim do tráfico, o trabalho foi substituído pelo assalariado. Havia grande escassez de mão-de-obra no país, por isso, houve o subsídio, tanto pelo governo quanto pelos próprios cafeicultores, de grandes contingentes de imigrantes.

Com a chegada dos imigrantes fazem-se presentes as condições para o surgimento de um mercado de trabalho, o que proporciona base para a produção e exportação de café, que por sua vez, resulta no conseqüente desenvolvimento da economia nacional, principalmente das regiões do Rio de Janeiro e São Paulo, onde a maioria dos imigrantes se concentrou.

Ao final do século XIX com inversões cada vez maiores na cultura do café, formada, inclusive, por investimentos estrangeiros, a capitalização do setor aumentou ainda mais. Este fato propiciou a melhoria do maquinário, gerando uma mecanização parcial do beneficiamento do café; a recuperação de estradas e a construção de ferrovias, que contribuía para a diminuição dos custos de escoamento da produção, conseqüentemente aumentando os lucros.

Com o intuito de diminuir possíveis riscos, os lucros passaram a ser diversificados entre o comércio, a indústria nascente e os investimentos financeiros,

contribuindo assim para a formação de um sistema comercial cada vez mais complexo, constituído de casas de exportação e bancos.

No início do século XX o Brasil já era o maior produtor mundial de café. No entanto, na década de 1920, a demanda pelo produto diminuiu de modo muito significativo, tornando-se incapaz de absorver as milhões de sacas produzidas no país. Foi então que sobreveio a crise da superprodução, sendo seguida pela queda da bolsa de Nova Iorque em 1929. Episódio que apenas agravou uma crise que já era iminente.

Com a diminuição das exportações, o capital para importar produtos para consumo interno também diminuiu, indicando ao país a necessidade de industrializar-se e adquirir produtos através de seus próprios meios. A industrialização já havia iniciado ao final do século XIX, porém de uma forma muito tímida. Foi com a chegada da grande depressão que a diversificação do capital cafeeiro para a indústria intensificou-se.

É na década de 1930 que ganham importância as indústrias têxteis e alimentícias, e que surgem as primeiras indústrias pesadas. Mas tudo isso acontece de forma bastante lenta, pois o Brasil ainda não tinha base suficiente para ampliação da produção nacional, além de possuir, na época, baixa capacidade para importação de máquinas e equipamentos de bens de produção.

Dito isto, têm-se que o objetivo deste trabalho é demonstrar a contribuição da acumulação proveniente do capital cafeeiro para o início da formação do capital industrial no Brasil. Para tanto, a presente monografia constitui-se de 3 capítulos. No primeiro é apresentada uma abordagem histórica da expansão cafeeira brasileira; no segundo, descreve-se o processo de desenvolvimento e crise da economia do café; e, finalizando, no terceiro capítulo é apresentado o surgimento da indústria no Brasil.

2 CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA EXPANSÃO CAFEIRA

Na primeira metade do século XIX o Brasil passava por um período de queda no nível da renda nacional, causada pelo declínio do ciclo da mineração. A economia do país estava estagnada e para retomar o crescimento fazia-se necessário encontrar um novo produto que alavancasse as exportações, uma vez que um país só se desenvolve com base no mercado interno quando este já está em um nível superior de complexidade.

Complexidade implica em autonomia tecnológica, e num país dirigido por grandes senhores agrícolas escravistas, uma política de industrialização seria impraticável. Portanto, o novo produto para exportação deveria prescindir de grandes investimentos em indústria.

A possibilidade de retomada das exportações com produtos já existentes no país era remota. O açúcar, por exemplo, havia perdido mercado para as Antilhas e Cuba, que abasteciam, respectivamente, os mercados inglês e norte-americano. Sem contar que durante o período das guerras napoleônicas havia se desenvolvido na Europa o açúcar de beterraba. A situação do algodão era ainda pior, pois a concorrência norte-americana era muito grande. Com vasta oferta, os preços se reduziram à terça parte, tornando o negócio totalmente inviável para o Brasil. (FURTADO, 2003).

O café, introduzido no país no final do século XVIII, mas tido apenas para consumo local, ganha expressividade comercial em meados do século XIX, a partir da desorganização do Haiti (maior produtor da época), que fez com que os preços se elevassem no mercado internacional. De acordo com FURTADO (2003, p. 19): “No primeiro decênio da independência o café já contribuía com 18 por cento do valor das exportações do Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão. E nos dois decênios seguintes já passa para primeiro lugar, representando mais de 40 por cento do valor das exportações.”

2.1 BREVE HISTÓRICO DO CAFÉ NO BRASIL

O café chegou ao Brasil no ano de 1727 pelas mãos do sargento-mor do exército Francisco de Melo Palheta, que ao retornar à cidade onde residia, Belém do Pará, tratou de plantar e cultivar esta nova e preciosa semente que havia recebido de presente da Sra. Orvilliers, esposa do governador de Caiena, capital da Guiana Francesa, para onde ele havia partido em missão oficial.

De início o café foi visto apenas como uma planta exótica e praticamente ornamental, de jardim. É neste caráter que a *Coffea arabica* chega à região Sudeste do país, mais especificamente ao estado do Rio de Janeiro, por volta do ano de 1776, sendo trazida pelo desembargador João Alberto Castelo Branco e cultivada apenas para consumo doméstico.

Os senhores de engenho fluminenses, agricultores habituados com o plantio da cana-de-açúcar, resistiram duramente ao cultivo do café. Contudo, após grande incentivo das autoridades locais da época, que percebendo a importância do produto criaram condições favoráveis ao seu plantio, aos poucos os fazendeiros foram se conscientizando do valor crescente do café no mercado mundial, em contrapartida ao cada vez menos garantido comércio do açúcar.

Em comparação à cana-de-açúcar, o café é uma planta bastante delicada e precisa de ambientes com temperaturas amenas, pois é bastante sensível a geadas e calores muito intensos, necessitando ainda de solo de boa qualidade, bem como de chuvas regulares.

Tudo isto contribuirá para que o Norte fique logo em atraso com relação ao Sul no que diz respeito à cultura do café, embora tenha tido lá o seu início no Brasil. Sem contar que naquele primeiro setor já existia uma longa tradição agrícola canavieira e algodoeira que embarçará naturalmente a aceitação do café. Este encontrará no Sul condições que se podem considerar ideais. Além de grandes reservas de terras virgens e inexploradas com solos magníficos, um clima que não lhe podia ser mais favorável: temperaturas amenas, pluviosidade bem distribuída. Haverá sempre no Norte uma pequena produção de café: no Pará, no Ceará, em Pernambuco; na Bahia também, não em sua velha região açucareira, no Recôncavo, mas no Extremo-Sul da província: Ilhéus e Porto Seguro. Mas, tudo isto contará sempre muito pouco. É no Rio de Janeiro sobretudo, logo depois nas regiões contíguas de Minas Gerais e São Paulo, e finalmente no Espírito Santo (este último com índices já muito menores) que se localiza realmente a riqueza cafeeira do Brasil. (PRADO JR, 2004, p. 161).

O cultivo do café no Brasil em caráter comercial deveu-se em grande parte às incertezas do açúcar e ao declínio do ciclo mineiro do ouro. O momento também era bastante propício, pois o maior país produtor e exportador da época, o Haiti, estava

em guerra por sua independência, deixando de suprir o mercado internacional, fato este que beneficiou o início da produção brasileira de café, mesmo diante da inflexibilidade inicial dos senhores de engenho açucareiros em experimentar uma nova cultura.

Nesta época a Europa vivenciava a Revolução Industrial. Era de interesse deste continente que suas colônias suprissem suas necessidades de produtos agrícolas, pois assim poderiam concentrar toda sua força de trabalho na atividade industrial. Configurou-se assim uma divisão internacional do trabalho, onde aos países industrializados europeus cabia desenvolver as atividades industriais, e aos países periféricos dependentes, restava a produção de atividades agrícolas, em sua maioria ainda servida de mão-de-obra escrava.

Havia muitas condições favoráveis ao cultivo do café no Brasil. Das externas, destacam-se a elevação das facilidades de transporte, propiciada pela fase expansiva da navegação marítima; e a necessidade de suprir mercados onde o consumo da bebida era crescente, como Estados Unidos e Europa. Das condições internas, pode-se citar além do solo e clima favoráveis já mencionados; grande contingente de mão-de-obra barata, inicialmente escrava e mais tarde imigrante; aproveitamento das antigas instalações dos engenhos de açúcar; e disponibilidade de capitais.

Capitais estes que eram provenientes de comerciantes do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, principalmente de antigos mineradores que possuíam escravos e ferramentas ociosas.

Ainda no final do século XVIII, a cidade do Rio de Janeiro transforma-se em um imenso cafezal. Por volta de 1790 entra na Zona da Mata mineira. Na província de Minas Gerais as plantações de café localizavam-se principalmente na Zona da Mata porque esta era mais próxima à província do Rio de Janeiro, local por onde necessariamente deveria ocorrer o escoamento da produção. Em 1830 as plantações chegam ao Centro-Oeste paulista. (PRADO JR, 2004).

Deste modo, no período compreendido entre 1727 e 1830 o café abandonava seu caráter estritamente doméstico para tornar-se o principal produto exportável brasileiro, tendo como principais mercados os Estados Unidos e a Europa.

Abaixo, na Tabela 1, têm-se uma visão da produção inicial do café no Brasil. A amostra se inicia com uma produção tímida, quase que inexpressiva, de 300.000

sacas de café para o período compreendido entre 1821 e 1830; finalizando-se com uma produção de 7,2 milhões de sacas para a última década do século XIX.

TABELA 1 – PRODUÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL – 1821-1900 (EM MILHÕES DE SACAS)

ANOS	PRODUÇÃO
1821-1830	0,3
1831-1840	1,0
1841-1850	1,7
1851-1860	2,6
1861-1870	2,9
1871-1880	3,6
1881-1890	5,3
1891-1900	7,2

FONTE: SILVA (1976)

2.2 O VALE DO PARAÍBA E O CENTRO-OESTE PAULISTA

O Vale do Paraíba é a região que compreende a zona vizinha ao curso do Rio Paraíba do Sul, englobando parte do sul de Minas Gerais, o nordeste do estado de São Paulo e as regiões meridionais e central do Rio de Janeiro. Foi a primeira área a produzir café comercialmente no Brasil.

Na segunda metade do século XIX, esta área tornou-se o setor mais rico e progressista do país, atingindo o auge do seu desenvolvimento; entretanto, logo virá o declínio, confirmando o ciclo normal das atividades produtivas brasileiras: após um período próspero, configura-se um outro de estagnação e declínio. Isto acontece devido ao descuido com as reservas naturais, que são exploradas de maneira acelerada e intensa. A exemplo do que aconteceu na lavoura da cana-de-açúcar e do algodão no Norte, e nas minas de ouro e diamantes do Centro-Sul.

De acordo com CANO (1981, p. 24):

A produção cafeeira do Estado do Rio de Janeiro, que fora de 1,0 milhão de sacas em 1835 passava a 1,5 milhões em 1840, crescendo lentamente para 1,8 milhões em 1870, e

atingindo seu auge em 1882 com 2,6 milhões. Daí em diante, entraria numa flagrante decadência. O comportamento da demanda e dos preços externos estimulou um grande plantio de cafeeiros na primeira metade da década de 1830, provavelmente uma lenta expansão entre esse período e meados da década de 1860, dando-se, uma grande expansão nos primeiros sete anos da década de 1870, quando os preços internacionais do café retomam níveis fortemente crescentes, passando de (£/saca) 1,68 em 1869 a 3,90 em 1877. Também não é difícil estimar a idade provável dos cafeeiros do Vale do Paraíba em 1882: certamente menos de 25% deles teriam idade inferior a 20 anos e mais de 60%, idade superior a 45 anos, o que lhes conferia uma baixíssima produtividade física. Se já eram más as condições econômicas do café nessa região, no início da década de 1880, a precipitação do processo abolicionista, a crise de superprodução de 1897 e a política deflacionista de 1898 a 1902, viriam agravar a crise, da qual não se recuperaria jamais.

A partir daí a região do Vale, principalmente por causa das erosões do solo e técnicas antiquadas de cultivo, passou a ceder mão-de-obra e capital à região do Oeste Paulista, que se expandia cada vez mais e se transformaria, nos cinquenta anos seguintes, na região mais desenvolvida do país.

Uma vez que a possibilidade de expansão do café na parte ocidental do Vale do Paraíba havia se esgotado, seu avanço continuou para a região oriental (no Rio de Janeiro), penetrando também na zona mineira e, mais tarde, no Espírito Santo. Outra parte avançou em direção ao Oeste Paulista, local onde o café não encontrou aquela limitação de terras.

Segundo CANO (1981, p. 32): “A fertilidade das terras, a menor idade média dos cafeeiros e as técnicas agrícolas mais eficientes, proporcionavam ao café do oeste paulista uma produtividade física cerca de cinco vezes maior do que a verificada na antiga região”.

Assim, houve uma incapacidade do café do Vale do Paraíba (que teve seu declínio antes mesmo da abolição da escravatura) de competir com o do Oeste Paulista, que se desenvolveu de forma extraordinária, principalmente a partir de 1870.

2.3 A MÃO-DE-OBRA ESCRAVA

O café foi o grande responsável pelo aumento do número de escravos no Brasil. A mão-de-obra escrava foi desde o início a preferida, no entanto, não há comparação com a quantidade de escravos empregados na economia açucareira do

Nordeste ou na mineração das Minas Gerais com aquela empregada nos cafezais. Em 1887, Minas, Rio e São Paulo detinham 50% da população escrava do país.

A exploração do café, assim como a do açúcar, deu-se dentro dos moldes típicos dos produtos voltados à exportação e sujeitos às oscilações do mercado internacional. Cultivado em grandes latifúndios, tratava-se de cultura do tipo extensiva e permanente, não havendo sinais de mecanização, principalmente pela incompatibilidade entre esta e a permanência do regime escravista, necessitando, portanto, de grande contingente de mão-de-obra.

A região cafeeira fluminense foi a que apresentou as maiores concentrações de escravos. O número superava em muito o da população livre na maioria dos municípios.

Sobre a condição do negro, COSTA (1966, p. 28) afirma que: “O escravo era, além de tudo, mercadoria: mercadoria que, em caso de necessidade, podia ser vendida ou alugada, possuindo, assim, um duplo valor: valia o que produzia e valia como mercadoria.”

Em 1850 o governo brasileiro decreta a lei Eusébio de Queirós, proibindo o tráfico de escravos, após pressões por parte da industrializada Inglaterra, que alegava questões humanitárias, mas que na verdade desejava ampliar seu mercado consumidor, e, para tanto, necessitava de trabalhadores assalariados nos países periféricos. Cinco anos antes, este país já havia decretado o Bill Aberdeen, aplicando penas severas a quem desobedecesse a lei de proibição do tráfico.

Entretanto, mesmo com a proibição do tráfico, a demanda por mão-de-obra escrava continuava crescendo. Contudo, tornava-se mais barato comprar escravos do Nordeste, vindos dos decadentes engenhos de açúcar, e também de Minas Gerais. Este fato desencadeou um intenso comércio interprovincial, que é assim descrito por SILVA (1976, p. 40): “Os fazendeiros do café encontravam os escravos necessários ao desenvolvimento das plantações graças, em parte, às migrações internas, isto é, graças à compra de escravos vindos do Nordeste e sobretudo de Minas Gerais, onde havia um número relativamente importante de escravos ‘disponíveis’, dado o declínio das atividades das minas de ouro muito desenvolvidas nessa Província durante o Século XVIII.”

Com relação à propensão dos agricultores à substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado nas fazendas fluminenses e paulistas, COSTA

(1966, p. 64) discorre: “Abastecidos de numerosa escravaria, os fazendeiros do Vale do Paraíba não pareciam sentir a falta de braços tantas vezes alegada pelos agricultores paulistas. Por isso talvez estivessem também menos interessados em promover experiências com a colonização e o trabalho livre, que nessa época empolgavam a fazendeiros do Centro e Oeste de São Paulo.”

Por conta disso os fazendeiros do Vale do Paraíba resistiram fortemente às propostas governamentais referentes ao trabalho livre, já os fazendeiros do novo Oeste eram mais progressistas e encararam com mais naturalidade a substituição do trabalho escravo pelo assalariado.

Diferentemente do que aconteceu no Vale do Paraíba, no Oeste Paulista cafeeiro houve condições bastante favoráveis à passagem do trabalho escravo para o assalariado, pois esta região possuía um elevado nível de capitalização. A expansão da lavoura, em atendimento à crescente demanda internacional, exigia uma solução para o problema da mão-de-obra. Portanto, pode-se apontar como fator principal à abolição da escravatura, o processo de acumulação do capital proveniente do café.

2.4 A TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO ASSALARIADO

A partir de 1870 cresce a necessidade de substituição do escravo pelo trabalhador livre. Dentre os fatores que mais contribuíram pode-se citar: a intensificação do movimento abolicionista e a desagregação progressiva do regime servil abalado pelas fugas dos escravos, insurreições, alforrias, redução da população escrava, seu envelhecimento progressivo e o alto custo a que chegara.

A grande expansão dos cafezais, especialmente a partir de 1885, quando se verificou crescente surto na lavoura cafeeira, que se estende até 1896, exigia uma solução imediata para o problema da mão-de-obra.

As primeiras iniciativas surgiram de alguns fazendeiros que tentaram atrair os imigrantes europeus através de um sistema chamado “parceria”. Neste tipo de contrato, os lucros da colheita do café eram divididos entre o proprietário e o colono, assim como os ganhos obtidos com os produtos que o colono cultivasse nas terras

cedidas pelo fazendeiro. O custo do transporte do imigrante, do seu país de origem até a fazenda, era contabilizado como dívida deste, que só poderia deixar a fazenda após quitá-la.

Outra desvantagem para o imigrante era que como os ganhos ou as perdas da colheita eram divididos, o fazendeiro normalmente deixava com os imigrantes os cafeeiros menos produtivos, ficando os mais produtivos sob o cuidado dos escravos.

Foi através de alterações na organização da produção do café que se torna possível a mudança para um novo tipo de contrato, o “colonato”. Este contrato tornou possível a atração e manutenção de uma força de trabalho livre durante o declínio da escravidão e a expansão da economia cafeeira para o Oeste Paulista. O colonato significou principalmente o instrumento através do qual se deu início o movimento de grandes contingentes de europeus para São Paulo.

O sistema de rendimentos era misto. O colono recebia um salário fixo, pelo trato de determinado número de cafeeiros, um variável pela colheita do café, além do direito a um pedaço de terra para seu próprio plantio e criação de animais.

A partir de uma comparação com o regime escravista, CANO (1981, p. 40) explica o colonato da seguinte maneira: “No regime anterior, o escravo significava um capital fixo (pela sua compra) e/ou um custo fixo (pelo seu aluguel ou manutenção); no regime de trabalho livre, aquele capital fixo passava a circulante (para o financiamento de seus salários, até a venda da produção) e os custos eram agora repartidos em duas parcelas: uma fixa, pelo trato de cafezal, e uma variável, pela colheita.” O autor segue dizendo que a “mudança, diminuindo as imobilizações financeiras do fazendeiro, rebaixava também suas despesas financeiras com juros.” (CANO, 1981, p. 40).

A província de São Paulo foi a que mais investiu na introdução do trabalhador estrangeiro no Brasil, que veio principalmente da Itália. O fator que mais contribuiu para a enorme corrente imigratória formada foi o processo de unificação política pelo qual este país passava. As indústrias manufatureiras da região sul italiana, não conseguiram fazer frente à concorrência das indústrias da região norte bem mais desenvolvidas, acarretando na desagregação de tais indústrias e conseqüente desemprego para a população. (FURTADO, 2003, p. 134).

No entanto, os italianos preferiam imigrar para países como a Argentina e os Estados Unidos, visto que possuíam clima mais próximo ao de seu país de origem,

sem contar que já tinham certo grau de democracia e liberdade religiosa. Para convencê-los de que o Brasil era uma boa alternativa, foi necessária muita propaganda, pois ao país estava associada uma imagem de monarquia atrasada e escravista.

O extraordinário crescimento da economia cafeeira, que gerava tanto a oferta de empregos como o capital necessário para subsidiar os imigrantes, juntamente com fatos como a abolição da escravatura e a proclamação da República, foram elementos necessários, mas não justificam totalmente o alto volume de imigrantes registrado, principalmente na década de 1890. Devem ser considerados os “fatores de expulsão” dos países de origem (especialmente a unificação italiana e crises econômicas decorrentes), assim como os “fatores de desvio” dos países concorrentes (abalos nas economias dos Estados Unidos e Argentina).

As vantagens para os imigrantes eram tais como: além das terras que o fazendeiro colocava à disposição do colono para que este pudesse cultivar gêneros para sua autosubsistência e de sua família, durante o primeiro ano de atividade seus gastos ficavam a cargo do fazendeiro. Dessa maneira o imigrante tinha seus gastos de transporte e instalação pagos e possuía uma renda futura garantida. Surge, então, a grande corrente imigratória que tornaria possível a expansão da produção cafeeira no estado de São Paulo.

Segundo FURTADO (2003, p. 134) o “número de imigrantes europeus que entram nesse estado sobe de 13 mil, nos anos 70, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século. O total para o último quartel do século XIX foi 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália.”

Parte desta corrente não foi incorporada à economia cafeeira, visto que a oferta de mão-de-obra excedia a demanda. No entanto, as oportunidades de trabalho do restante da economia paulista supriam a necessidade de emprego dos imigrantes, uma vez que estavam diretamente vinculadas aos efeitos que a atividade cafeeira teve sobre a estrutura da economia como um todo.

A imigração ocorrida no país no período compreendido entre os anos de 1880 e 1930, aconteceu em decorrência da demanda por mão-de-obra da economia cafeeira. Dentre os países produtores de café da época, o Brasil foi o que recebeu o maior contingente de imigrantes. Essa demanda por mão-de-obra juntamente com

as divisas obtidas pela exportação do café foram fatores responsáveis pelo início do processo de industrialização do país.

3 DESENVOLVIMENTO E CRISE DA ECONOMIA CAFEEIRA

3.1 A EXPANSÃO CAFEEIRA A PARTIR DE 1886

O desenvolvimento da lavoura cafeeira foi bastante irregular no Brasil. A partir da proclamação da República a região oeste de São Paulo, que antes era praticamente deserta, obtém grande progresso. Já nos setores paulistas mais antigos (parte oriental), bem como no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, ocorre a decadência da lavoura, a qual já havia se iniciado no Império.

“Somente as ruínas de velhas mansões senhoriais, antigas residências de opulentos fazendeiros, denotam nelas a rápida passagem da riqueza do café; as plantações desapareceram e em seu lugar não encontramos outra coisa que uns pobres pastos que alimentam um gado miserável e ralo. O que sobra de café são apenas culturas decadentes e esparsas, em processo contínuo de aniquilamento.” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 227).

Ao longo do processo de expansão do café, vai-se afirmando a predominância da economia paulista em relação às demais regiões do país, pois é em São Paulo que se concentra a maior e melhor parcela da lavoura cafeeira do Brasil. A partir da segunda década do século XX, a produção cafeeira paulista já representava 70% da produção nacional e 47% da produção mundial, conforme se observa na Tabela 2.

Esse grande desenvolvimento das plantações de café, ajudado pela substituição do escravo pelo trabalhador assalariado, acarreta uma mecanização parcial da produção. Sobre as operações de beneficiamento PRADO JÚNIOR (2004, p. 227) afirma:

O progresso quantitativo da cultura cafeeira no Brasil não foi contudo acompanhado de igual progresso qualitativo. Continuarão sendo empregados, mais ou menos, os mesmos processos agrícolas rudimentares do passado. Haverá certa melhoria no preparo e beneficiamento do produto: a lavagem e decorticação dos grãos.” Para isto se empregarão maquinaria e instalações mais aperfeiçoadas. Mas no que diz respeito à cultura propriamente (trato de solo e da planta, seleção de variedades, etc.) ficar-se-á em conjunto onde se estava.

TABELA 2 – PRODUÇÃO CAFEEIRA DE SÃO PAULO COMO PORCENTAGEM DA PRODUÇÃO CAFEEIRA BRASILEIRA E MUNDIAL 1886-1920

MÉDIAS ANUAIS	PRODUÇÃO DE SÃO PAULO (MILHÕES DE SACAS/60KG)	PRODUÇÃO DE SÃO PAULO		PRODUÇÃO BRASILEIRA COMO PORCENTAGEM DA PRODUÇÃO MUNDIAL
		COMO PORCENTAGEM DA PRODUÇÃO BRASILEIRA	COMO PORCENTAGEM DA PRODUÇÃO MUNDIAL	
PERÍODO				
1886	2,59	42	25	59
1910-1911 E 1919-1920	9,41	70	47	67

FONTE: STOLCKE (1986)

“À medida que a atividade nuclear se ampliava, passou a induzir, crescentemente, o surgimento de uma série de atividades tipicamente urbanas, como a industrial, a bancária, escritórios, armazéns e oficinas de estradas de ferro, comércio atacadista, comércio de exportação e importação e outros, requerendo e facultando, ainda, a expansão do aparelho do Estado.” (CANO, 1981, p. 69).

Com o crescimento dessas atividades, outras viriam a reboque, como por exemplo, “o comércio varejista, os transportes urbanos, comunicações, energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos, etc. Quanto mais avançava esse processo, mais interdependentes se tornavam todas essas atividades, gerando uma intrincada rede de conexões econômicas, financeiras e de serviços.” (CANO, 1981, p. 69). Tal processo deu-se principalmente a partir de 1890.

Entre 1886 e 1897, a economia cafeeira passa por um período crítico, tendo como consequência uma expressiva diminuição na entrada de trabalhadores estrangeiros. Essa entrada voltaria a aumentar entre 1911/13, passando por novo estancamento no período da Guerra. A retomada das imigrações estrangeiras voltará a ocorrer com a expansão cafeeira de 1919/29. (AURELIANO, 1999).

As migrações internas, que até então pouco haviam contribuído para o desenvolvimento da economia do café, tornam-se bastante expressivas após 1920. Os trabalhadores vinham principalmente do Norte e do Nordeste. Vieram principalmente na segunda metade da década, durante a grande expansão do plantio do café, impulsionados também pela grandes secas que abalavam a

economia de subsistência de suas regiões de origem, em especial a nordestina. Entre 1926 e 1930 registram-se 156.000 entradas de imigrantes internos em São Paulo. No entanto, ainda não havia cessado a corrente migratória externa. Para esse mesmo período (1926-1930), têm-se que a entrada imigrantes externos somou a quantia de 253.265, conforme se pode observar na Tabela 3 abaixo.

TABELA 3 – IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA PARA O ESTADO DE SÃO PAULO (1901/30)

PERÍODO	IMIGRANTES ESTRANGEIROS
1901/05	193.732
1906/10	190.186
1911/15	339.026
1916/20	100.000
1921/25	222.711
1926/30	253.265

FONTE: AURELIANO (1999)

Durante os anos de 1919 e 1929, a economia do café passou por notável expansão. Em São Paulo continua a marcha para o oeste; no Rio de Janeiro – devido à alta lucratividade cafeeira do período – além do avanço para o norte, há uma retomada da produção nos velhos municípios do Vale do Paraíba. Em 1927, apenas oito dos 48 municípios da região não exportavam.

No entanto, esta imensa expansão da produção traria conseqüências negativas para o país. No lado oposto da riqueza e do progresso, teve-se desde cedo (primeiros sinais em 1896), a contrapartida de crises de superacumulação, onde se verificaram o declínio de preços e a formação de estoques invendáveis.

3.2 TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA CAFEIEIRA: O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA

3.2.1 As estradas de ferro

Com a criação e rápida expansão das estradas de ferro, as grandes distâncias pelas quais deveria acontecer o transporte do café deixaram de ser um problema. Sem as ferrovias teria sido praticamente impossível um maior desenvolvimento da economia cafeeira, visto que os lombos das mulas já não eram mais suficientes para o escoamento de toda a produção. (SILVA, 1985).

Além da diminuição dos custos de transporte para os fazendeiros, as estradas de ferro também lhes proporcionaram lucros, pois eram ao mesmo tempo destino e origem dos capitais destes cafeicultores. A elas eram destinados parte dos capitais gerados pelo complexo cafeeiro, mas também, devido a sua alta lucratividade, delas originavam-se novos capitais, que por sua vez permitiam uma nova ampliação do excedente do complexo. (CANO, 1981).

No entanto, a primeira significativa estrada de ferro do café – em 1854, por iniciativa do Barão de Mauá, já havia sido inaugurado um pequeno trecho ferroviário – não foi organizada pelo capital particular de grandes fazendeiros e sim pelo Governo do Império, no ano de 1859, a Sociedade de Estradas de Ferro Pedro II. Estendia-se do Vale do Paraíba ao norte de São Paulo e o sudeste de Minas Gerais. Já a ligação do planalto de São Paulo ao porto de Santos foi feita em 1867 pela britânica São Paulo Railway Co. Ltd.

Para a construção de outras ferrovias que servissem principalmente todo o planalto paulista, foram organizadas companhias cujos principais acionistas eram os próprios cafeicultores, tendo eles sido os maiores investidores das estradas de ferro paulistas, das quais destacam-se a Mogiana e a Paulista.

“Até 1876, antes do início da expansão do plantio que vai até 1883, a Mogiana e a Paulista, juntas, totalizavam apenas 200km de penetração além de Jundiaí; quando se inicia a nova expansão de plantio, em 1886 essas duas estradas já haviam penetrado 611km, e ao final dessa expansão (1897) já contavam com mais de 1600km.” (CANO, 1981, p. 52).

Em 1910 o estado de São Paulo já contava com 20 ferrovias, das quais 16 eram de propriedade nacional privada.

A Tabela 4 abaixo demonstra a expansão das estradas de ferro no Brasil, mostrando a expressividade das ferrovias construídas na região cafeeira.

TABELA 4 – EXPANSÃO DAS ESTRADAS DE FERRO, DA CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS LINHAS EM 1854 A 1929

ANOS	REGIÃO CAFFEEIRA ⁽¹⁾ (KM)	BRASIL (KM)
1854	14,5	14,5
1859	77,9	109,4
1864	163,2	411,3
1869	450,4	713,1
1874	1.053,1	1.357,3
1879	2.395,9	2.895,7
1884	3.830,1	6.324,6
1889	5.590,3	9.076,1
1894	7.676,6	12.474,3
1899	8.713,9	13.980,6
1904	10.212,0	16.023,9
1906	11.281,3	17.340,4
1910	-	21.466,6
1915	-	26.646,6
1920	-	28.556,2
1925	-	32.000,3
1929	18.326,1	32.000,3

FONTE: SILVA (1976)

¹ Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara (antigo Distrito Federal), Minas Gerais e São Paulo.

3.2.2 Os bancos

O nascimento dos primeiros bancos brasileiros está ligado às operações comerciais da economia cafeeira, pois conforme esta se desenvolvia e seu capital crescia, fazia-se necessário a centralização da compra e venda de toda a produção.

A estrutura do comércio exportador do café era a seguinte: a) fazendeiro; b) comissário; c) ensacador; d) corretor e e) exportador. Por vezes, os fazendeiros exerciam também a atividade de comissários, os quais financiavam muitas operações de custeio do café, sendo que em alguns casos eram até mesmo responsáveis pelo financiamento da formação de novos cafezais, exercendo assim, primordialmente, a função de “banqueiros”.

Conforme o sistema bancário se desenvolve, os intermediários desta cadeia tendem a desaparecer, restando apenas os corretores e exportadores. Em 1890, após a Reforma Bancária, tem-se o início do Encilhamento, onde foram concedidos aos bancos certos privilégios, como o da emissão de moeda (cassado em 1896), o que resultou em expressivo aumento do meio circulante; além da proliferação de empresas comerciais, industriais, bancos, estradas de ferro etc., em função dos créditos livres concedidos a tais investimentos.

No início do século XX as atividades bancárias eram dominadas pelo capital estrangeiro. Segundo CANO (1981, p. 73), em 1910 “nota-se que, dos 14 bancos existentes em São Paulo, 7 eram de propriedade estrangeira, detendo 70% dos ativos, e 70% dos empréstimos e descontos bancários.”

Será somente após a Primeira Guerra Mundial que se dará um maior desenvolvimento dos bancos nacionais. Até 1918, apenas 11 agências haviam sido instaladas no estado de São Paulo; esse número subiria para 88 no ano de 1927, quando passam a financiar mais firmemente as atividades agrícolas.

3.3 A DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA

Nos últimos anos do século XIX o Brasil ainda não era autossuficiente na produção agrícola básica e, portanto, dependia muito da importação de mantimentos, principalmente para a alimentação da força de trabalho. Contudo, essa dependência diminuiu bastante na segunda década do século XX, propiciada pela diversificação da plantação dos colonos nas fazendas, que excedia o necessário ao seu autoconsumo e acabava por transformar o excedente em produção comercial.

O período da crise cafeeira que vai de 1898 a 1910, também contribuiu para a transformação da agricultura de subsistência em agricultura comercial autônoma. Este fato explica-se através da procura de novas oportunidades de lucros, visto que a expectativa do retorno do café era bastante baixa.

No regime do colonato o fazendeiro permitia ao imigrante a plantação de gêneros alimentícios básicos (principalmente arroz, feijão e milho) dentro da

propriedade cafeeira. Assim, após o colono obter o que necessitava para sua subsistência, vendia os excedentes nas zonas urbanas em expansão.

Segundo CANO (1981, p. 60), essa agricultura “era totalmente dependente da atividade nuclear, o café e, portanto, tinha autonomia muito relativa: estava vinculada, em síntese, às ‘sobras’ e aos ‘tempos sobrantes’ de recursos semiutilizados pelo café (horas/homem, horas/máquina e áreas de terra não utilizadas pelo café).”

Após 1900, com o maior desenvolvimento do complexo cafeeiro e a expansão urbana, houve grande crescimento da agricultura independente, ou seja, daquela que era feita fora da propriedade cafeeira. Tal fato pode ser observado através da diminuição progressiva da importação de gêneros alimentícios básicos, conforme Tabela 5. A crescente independência adquirida por esta agricultura estava relacionada, principalmente, à expansão do mercado urbano, não sendo, portanto, apenas fruto das crises cafeeiras.

O desenvolvimento e a estabilidade desta agricultura comercial de alimentos foram responsáveis pelo suprimento de mantimentos à mão-de-obra urbana que se encontrava em expansão.

TABELA 5 – BRASIL - IMPORTAÇÃO DE ALGUNS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (TONELADAS)

PRODUTOS	1901/05	1906/10	1911/15	1916/20
ARROZ	383.451	86.760	48.760	758
FEIJÃO	34.301	38.165	32.698	1.829
MILHO	38.696	46.798	22.625	1.829
CHARQUE	260.778	160.969	70.075	9.101
BATATA	107.913	103.885	104.355	14.812
TRIGO	840.862	1.314.056	1.905.898	1.506.626

FONTE: AURELIANO (1999)

3.4 A CRISE DA ECONOMIA CAFEIEIRA

3.4.1 Superacumulação e políticas de valorização do café

Durante a superacumulação de 1886/97 o Estado passava por grande desequilíbrio em suas finanças, o que o impedia de qualquer tipo de proteção aos produtores cafeeiros. Esta não-proteção acabou por eliminar os proprietários de cafezais mais antigos, que se encontravam em terras de mais baixa fertilidade. Nos primeiros anos da crise a situação ainda foi sustentada, em parte, devido à desvalorização da moeda brasileira, que viria a se estabilizar somente com a restauração financeira de 1898.

De acordo com PRADO JÚNIOR (2004), o maior responsável pela crise foi o aumento das culturas. As plantações paulistas simplesmente duplicaram na última década do século XIX. Para tanto, em 1902, o governo estabelece a primeira medida oficial para redução da produção cafeeira: um imposto sobre todos os novos pés de café, inicialmente fixado em cinco anos, tendo sido mais tarde renovado por igual período.

O efeito limitado deste imposto proibitivo torna indispensável a intervenção estatal, pois mesmo os cafeicultores que haviam passado por todos os maus momentos desde 1898 necessitavam de ajuda. Restauradas as suas finanças, o governo coloca então em prática, em 1906, o primeiro programa de subsídio aos preços. Programa este que na verdade havia sido definido pelos principais estados produtores de café, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e que ficou conhecido como Convênio de Taubaté.

Conforme afirma STOLCKE (1986, p. 60), neste acordo “com o auxílio de uma emissão de dinheiro respaldada por um empréstimo estrangeiro, garantido por um imposto de exportação sobre cada saca de café, o governo [...] concordava em comprar os excedentes para estabilizar os preços.”

A idéia de retirar do mercado parte dos estoques de café que cresciam excessivamente e provocavam perda permanente de renda para os produtores e para o país, surgiu dos dirigentes dos estados cafeeiros, que com a descentralização republicana passaram a possuir muito mais poder político e financeiro.

Com o sucesso da primeira política de valorização em 1910 os preços já haviam se recuperado, mantendo-se altos até 1913, o que estimularia novo plantio, totalizando mais 99 milhões de cafeeiros no triênio 1911-1913. Contudo, durante a Primeira Guerra Mundial a expansão foi lenta, tendo preços baixos e relativamente estáveis até o ano de 1917, quando a floração dos cafezais anunciava para 1918

uma safra excepcionalmente grande, similar ao que acontecera em 1906/1907, levando o país a outra crise de superprodução.

De acordo com STOLCKE (1986, p. 61):

Um segundo programa de valorização do café foi introduzido em 1917-1918, para contrabalançar os possíveis efeitos da Primeira Guerra Mundial sobre a demanda e os preços, mas, desta vez, o programa foi financiado pelo governo federal. O final da guerra e uma forte geada em São Paulo em 1918 duplicaram os preços do café em 1918 e 1919, valorizando os estoques acumulados e, ao mesmo tempo, estimulando novos plantios. Contudo, a expectativa de outra enorme safra para 1921 e a crise econômica nos Estados Unidos em 1920-1922 produziram uma nova queda nos preços entre 1920 e 1923.

A partir de 1924, com a criação do Instituto do Café, é adotado um programa de valorização permanente, destinado a regular as entregas do produto ao mercado para manter equilibradas a oferta e a demanda. O financiamento dos produtos que tinham suas colheitas retidas era feito através de um banco oficial do estado de São Paulo (outros estados produtores possuíam iniciativas semelhantes), onde o financiamento era de até 50% do valor da mercadoria retida.

Segundo FURTADO (2003), essas políticas de valorização do café foram boas soluções apenas no curto prazo. Ele descreve a situação da seguinte maneira:

[...] a defesa dos preços proporcionava à cultura do café uma situação privilegiada entre os produtos primários que entravam no comércio internacional. A vantagem relativa que proporcionava esse produto tendia, conseqüentemente, a aumentar. Por outro lado, os lucros elevados criavam para o empresário a necessidade de seguir com suas inversões. Destarte, tornava-se inevitável que essas inversões tendessem a encaminhar-se para a própria cultura do café. Dessa forma, o mecanismo de defesa da economia cafeeira era, em última instância, um processo de transferência para o futuro da solução de um problema que se tornaria cada vez mais grave. (FURTADO, 2003, p. 189)

Entre os anos de 1924 e 1929, os preços do café foram continuamente altos, sendo que neste último ano houve uma nova superprodução, seguida pela depressão mundial. De acordo com PRADO JÚNIOR (2004, p. 235):

“O desenlace fatal virá com o craque da Bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929. O curso do café não resistirá ao abalo sofrido em todo mundo financeiro, e declinará bruscamente de 30%. A queda ainda será depois mais acentuada. Ao mesmo tempo estanca-se o crédito externo e suspende-se o financiamento do café retido; processa-se à liquidação dos débitos contraídos.”

3.4.2 A crise da economia exportadora capitalista

O capitalismo brasileiro surge a partir do desenvolvimento da economia exportadora cafeeira, a qual traz para o país a acumulação baseada no capital mercantil, que por sua vez contribui para o nascimento industrial. A partir do surgimento da indústria, acontece a transição do caráter de acumulação mercantil para um novo tipo de acumulação, baseado neste capital industrial.

De acordo com AURELIANO (1999, p. 15), os anos 1929/32 “marcam a passagem do capitalismo brasileiro a uma nova fase de desenvolvimento. Rompe-se o modo de acumulação exportador capitalista, que prevalecera desde fins do século passado¹, ao mesmo tempo em que se perfazem as condições indispensáveis para que, em 1933, se inicie a ‘Industrialização Restringida’.”

A crise de 1929 teve conseqüências maiores em relação às anteriores devido ao fato de que nessas alturas a reprodução do capital industrial já era feita sem a total dependência do capital mercantil exportador. Foi muito mais do que apenas uma crise do complexo cafeeiro, representou a crise da economia capitalista de exportação.

¹ A autora escreve no século XX.

4 ORIGENS DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO

4.1 A GÊNESE DO CAPITAL INDUSTRIAL – 1880-1914

“Se por industrialização entendemos a implantação de um setor de produção industrial, este surge muito antes de 1930 e não como resposta a uma crise do setor externo, mas sim num auge do café, com o prolongamento e diversificação do capital cafeeiro.” (TAVARES, 1985, p. 100).

A abolição da escravidão foi responsável por grande estímulo à expansão industrial, visto que após a desorganização de algumas tradicionais regiões agrícolas ocorreu um êxodo de fazendeiros para as áreas urbanas, que passaram a se dedicar a atividades de indústria e comércio.

Enquanto algumas áreas agrícolas se desintegravam, outras nasciam, especialmente em São Paulo, onde houve prosperidade devido à elevação das exportações cafeeiras. Essa prosperidade, juntamente com a corrente de imigrantes europeus, foram os principais fatores responsáveis pela criação de mercado para os bens manufaturados. Pode-se então dizer que o surgimento da indústria no Brasil foi propiciado pela expansão do capital mercantil exportador, e que desde o início a acumulação industrial apresentou um caráter relativamente endógeno.

Segundo SUZIGAN (1986, p. 31):

O comércio do café lançou as bases para o desenvolvimento industrial por várias razões: em primeiro lugar, ao promover a monetização da economia e o crescimento da renda interna, o café criou um mercado para produtos manufaturados; em segundo, ao promover o desenvolvimento de estradas de ferro e o investimento em infra-estrutura, ampliou e integrou esse mercado; em terceiro, ao desenvolver o comércio de exportação e importação, contribuiu para a criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados; e, em quarto, ao promover a imigração, aumentou a oferta de mão-de-obra. Além disso, a exportação de café supria os recursos em moeda estrangeira para a importação de insumos e bens de capital para o setor industrial.

Nos primeiros anos após a proclamação da república o Brasil precisava se industrializar, para assim, através da independência econômica, completar sua independência política. Para isso, o governo concedeu assistência financeira e proteção tarifária às novas indústrias, que aumentaram seu número de 636, no final

da década de 1880, para 1088, em 1895. Segundo BAER (1979, p. 11), “instalou-se em São Paulo uma empresa de juta para atender a crescente demanda de sacos para café e outros artigos em grão; abriram-se pequenas fábricas para produzir tecidos de algodão, seda e linho; moinhos, fábricas de enlatados, biscoitos, macarrão, diversos tipos de bebida etc. também surgiram.”

É indiscutível que a gênese do capital industrial ocorre entre 1886 e 1897, pois é nesse período que acontece o primeiro grande ciclo de expansão do capital cafeeiro. De início, o capital é aplicado somente no setor de bens de consumo assalariado, não havendo sinais de surgimento da indústria de fatores de produção. Isto faz com que o capital industrial continue dependente do cafeeiro.

Essa dependência era dupla, pois necessitava da geração de divisas que o café proporcionava, tanto para a importação de máquinas e equipamentos industriais e de bens de salário para a força de trabalho, como também para a criação de mercado interno para os produtos industrializados. Tal como explica TAVARES (1985, p. 100):

Ademais, o setor industrial depende do capital cafeeiro, também duplamente. Em primeiro lugar, para expandir-se fisicamente, para repor e ampliar a sua capacidade produtiva, depende da capacidade para importar gerada no setor exportador, que substitui, desta forma, pelo lado da demanda para trás, um verdadeiro departamento de bens de produção. Em segundo lugar, o setor industrial é incapaz de gerar endogenamente o seu próprio mercado, dependendo pra sua expansão inicial de mercados prévios e “externos”, criados direta ou indiretamente pelo complexo exportador, mesmo que seja pela via do gasto público ou da expansão da urbanização.

Devido a esta dependência, observa-se que os períodos em que ocorreu expansão nas exportações coincidiram com as fases de elevação do investimento na indústria, bem como nos períodos de declínio das exportações houve diminuição no investimento direcionado à indústria.

As indústrias desenvolvidas entre o fim do século XIX e início do XX, com exceção da açucareira, não receberam quase nenhum subsídio governamental ou investimento direto externo. Portanto, tem-se que o surgimento e posterior desenvolvimento industrial no Brasil, só pode ser entendido como propiciado pelo processo de acumulação do capital mercantil agroexportador.

Em alguns casos o crescimento da demanda por produtos foi diretamente relacionado com a economia de exportação, por exemplo, nos seguintes: “produção

de tecidos grosseiros de algodão para vestir a força de trabalho (escravos e trabalhadores nativos livres) e para ensacar os produtos agrícolas de exportação (açúcar, algodão, cacau); [...] produção de maquinaria e implementos agrícolas simples, moendas para cana, moinhos para grãos, máquinas para beneficiar café e arroz, equipamento de transporte, etc.”. (SUZIGAN, 1986, p. 117).

Já em outros casos a relação foi indireta. O que houve foi a ampliação do mercado interno propiciada pelo crescimento da renda do setor exportador. Neste tipo de relação pode-se citar “a produção de produtos finos de algodão, produtos de lã, chapéus, sapatos, farinha de trigo, açúcar refinado, cerveja e outras bebidas, fósforos, maquinaria simples tais como pequenos motores a vapor, caldeiras, turbinas, rodas d’água, peças para vagões ferroviários e bondes e, provavelmente, outros produtos como roupas, velas e sabões, alimentos, cigarros e impressos.” (SUZIGAN, 1986, p. 118).

No que diz respeito à origem da burguesia industrial, esta aconteceu na atividade do comércio de importação e exportação praticado pelos burgueses imigrantes. O importador possuía posição estratégica na estrutura do comércio, além de benefícios que eram bem-vindos a qualquer industrial, como: conhecimento do mercado e de seus canais para distribuição; e importante acesso ao crédito, o qual era escasso em outros ramos de atividade.

Deste modo, os burgueses importadores tendiam a se transformar em fabricantes, principalmente nas fases de retração da economia do café. Após se tornarem industriais estes burgueses normalmente não abandonavam sua atividade anterior, continuavam sendo importadores, uma vez que estas duas atividades eram complementares, pois tinham necessidade de obter matérias-primas, máquinas, lubrificantes e materiais de acabamento do exterior. Assim, esse industrial fazia seus pedidos diretamente, sem precisar de intermediários.

Segundo SILVA (1976, p. 96):

Em resumo, grande parte dos mais importantes representantes da burguesia industrial nascente, em particular da burguesia industrial paulista, a principal fração da burguesia industrial brasileira, chega ao Brasil como imigrante no final do século XIX ou no início do século XX e trabalha como importador. Matarazzo começa como importador de óleos alimentares, farinha e arroz. Os irmãos Jafet, Crespi, Diederichsen também começam no setor de importação. Roberto Simonsen – um dos mais importantes líderes da indústria brasileira já na década de 1920 – foi também importador.

Esses e outros burgueses imigrantes que enriqueceram através do comércio no Brasil, fizeram parte do nascimento do núcleo da burguesia industrial. Além destes, alguns burgueses da elite cafeeira também voltaram suas atenções e capitais para a indústria. Um exemplo é A. Prado, que além de ser um dos pioneiros da indústria brasileira, foi também pioneiro na expansão do café em São Paulo. Ademais, houve, através do estabelecimento de laços familiares, certa fusão de capitais entre algumas famílias da burguesia industrial nascente e da grande burguesia cafeeira.

É a partir do ano de 1905 que se começa a perceber a superioridade da indústria paulista. Tal superioridade era baseada no grande dinamismo que a economia cafeeira de São Paulo possuía em relação às demais regiões do país, uma vez que suas relações sociais de produção capitalistas estavam bem mais desenvolvidas.

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES DE MAQUINARIA TÊXTIL PARA O BRASIL, 1893-1939 - MÉDIAS ANUAIS

PERÍODOS	£ (PREÇOS DE 1913)
1893-1895	349.094
1896-1901	140.880
1902-1906	186.209
1907-1910	409.757
1911-1913	582.847
1914-1920	126.345
1921-1923	469.517
1924-1926	771.091
1927-1929	491.029
1930-1932	223.540
1933-1934	395.241
1935-1936	570.997
1937-1939	676.311

FONTE: SUZIGAN (1986)

Dois anos depois, em 1907, a indústria que mais se destacava, tanto em São Paulo quanto no Brasil, era a têxtil. Tal acontecimento pode ser constatado com uma observação da Tabela 6, que apresenta a quantidade crescente de maquinaria têxtil exportada para o Brasil, principalmente a partir desta década de 1907, visto que no

quinqüênio anterior as exportações tinham apresentado um valor expressivamente mais baixo. A indústria têxtil permaneceu nessa posição, de indústria de transformação mais importante no país, até o ano de 1939. Detinha 40,4% do total do capital investido em todo o setor industrial. Dentre os fatores que contribuíram para tal desenvolvimento estão: a grande produção da matéria-prima crucial para esta indústria, o algodão; a crescente demanda por vestuário, sacaria para café, açúcar, cereais etc.; a abundância de mão-de-obra barata; e a proteção da concorrência internacional, através de elevados impostos de importação. (SUZIGAN, 1986).

A grande fábrica paulista de juta, Santana, instalada por Antônio Álvares Penteado, detentor de enorme capital originário do negócio do café, representava aproximadamente 50% do capital total investido na indústria de produtos de juta em 1907.

No início da década seguinte, a partir de 1911, cria-se uma medida de política econômica já destinada a incentivar a produção de bens intermediários, mais especificamente de dois deles: ferro e aço. Esta medida consistia no oferecimento de benefícios aos empresários nacionais ou estrangeiros que se responsabilizassem por exportar minérios e que tivessem o espírito empreendedor para a construção de uma usina siderúrgica. (SUZIGAN, 1986).

No entanto, a construção de uma grande usina siderúrgica só foi concretizada no final da década de 1940, após a ascensão de Getúlio Vargas à presidência do Brasil. Vargas implantou um plano de crescimento e nacionalização da indústria de base no país, inaugurando, no ano de 1946 na cidade de Volta Redonda no Rio de Janeiro, a Companhia Siderúrgica Nacional.

Voltando ao segundo decênio do século XX, a expansão da economia agroexportadora no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial foi a maior responsável pelo grande crescimento econômico observado na época, tendo criado as bases para um mercado interno de bens de consumo. Houve também elevação da demanda por bens intermediários, como cimento, ferro, aço e outros materiais de construção, bem como por máquinas e equipamentos, propiciada pelas melhorias no desenvolvimento urbano, construção de ferrovias, obras de melhoria dos portos etc. (SUZIGAN, 1986).

Até 1913 esses bens intermediários e de produção eram importados, entretanto, com a crise internacional ocorrida neste mesmo ano e com o início da guerra no ano seguinte, houve escassez desses bens no mercado mundial. A partir de então, percebe-se a necessidade de implantação da indústria de transformação no Brasil. Portanto, além do problema da sobrecarga que existia na balança de pagamentos, devido ao elevado número de importações dos anos anteriores, o “choque externo” de 1913 e o início da guerra foram fatores que contribuíram bastante para as mudanças qualitativas que ocorreriam nos investimentos industriais a partir de 1920, conforme se pode observar na Tabela 7 abaixo.

TABELA 7 - PRINCIPAIS INDÚSTRIAS DESENVOLVIDAS NO BRASIL NO PERÍODO ANTERIOR E NO POSTERIOR À PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

PERÍODO ANTERIOR À PRIMEIRA GUERRA	PERÍODO POSTERIOR À PRIMEIRA GUERRA
Têxteis: algodão, juta e lã	Cimento
Chapéus	Ferro e aço
Calçados	
Moinhos de Trigo	Metal-mecânica II (máquinas agrícolas pesadas, máquinas industriais, aparelhos elétricos, equipamentos de construção e de transporte, etc.)
Fabricação e refino de açúcar	
Cervejarias	
Metal-mecânica I (moenda e peças para engenhos de açúcar, moinhos para cereais, máquinas para beneficiar café e arroz, máquinas leves para agricultura, ferramentas e utensílios, etc.)	Papel e celulose
	Produtos de borracha
	Química e farmacêutica
	Óleo de caroço de algodão
	Têxteis: seda e raíom
Fósforos	Carnes congeladas e industrializadas
Outras indústrias: vestuário, sabões e velas, artigos de vidro, mobiliário, produtos alimentícios, cigarros, editorial e gráfica	

FONTE: SUZIGAN (1986)

4.2 CRESCIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL – 1914-1930

A partir da Primeira Guerra Mundial as indústrias começam um processo de diversificação dos seus investimentos. Apesar da formação de seu capital ainda depender do desempenho da economia agroexportadora, o investimento industrial aos poucos foi se direcionando cada vez mais para a produção de bens intermediários e de capital.

Com relação à diversificação ocorrida nesta época em São Paulo, DEAN (1971, p. 120) afirma:

Além das novas fábricas que produziram ferro gusa e cimento, os paulistas principiaram a manufaturar material elétrico, máquinas têxteis, equipamento para a industrialização da cana de açúcar, peças de automóveis, acessórios, ferramentas, implementos agrícolas, aparelhos de gás, relógios, balanças e tecidos de *rayon*. Os setores existentes da indústria continuaram a crescer, inclusive as fábricas de enlatamento de carnes, que entraram a suprir o mercado nacional.

Após o final da guerra, as indústrias nascentes sofreram com a livre concorrência internacional, pois o governo não possuía políticas que estimulasse o crescimento da base industrial nacional e nem significativas políticas de proteção e subsídio, visto que a maior preocupação da época era a com a defesa da produção cafeeira.

Não que a proteção à indústria não existisse, mas na maioria dos casos era apenas suficiente para que não acontecessem maiores quedas nos preços dos produtos importados. Para tanto, o governo alternava algumas fases de políticas comerciais cambiais com outras de políticas comerciais de proteção tarifária.

No início da década de 20 a crise cafeeira tem reflexo no setor industrial. A proteção governamental é baixa, o que ocasiona intensa concorrência intercapitalista, principalmente inter-regional, onde quem leva vantagem é a já mais avançada indústria paulista.

No decorrer desta mesma década, além da diferenciação da estrutura industrial, houve uma modernização na indústria de bens de consumo assalariado. Tal modernização ocorreu por conta da elevação da renda nacional, advinda da expansão das exportações nesse período, que por sua vez propiciou um aumento na capacidade de importação. Outro fator que contribuiu significativamente com essa modernização foi a entrada de capital estrangeiro ligado, principalmente, à valorização do café.

É nesse período que tem início o desenvolvimento do setor de bens de produção, o qual terá importância fundamental para o futuro, pois é através dele que o país poderá atingir a independência do capital mercantil-exportador.

4.3 A CONSOLIDAÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL A PARTIR DE 1930

Com a crise dos anos 30 houve uma grande queda na receita de exportação do Brasil, forçando o país a reduzir imensamente suas importações. Esta redução nas importações acarretou em escassez de certos bens, causando elevação nos seus preços relativos. Este fato foi de grande contribuição para o estímulo ao crescimento da produção industrial verificado na década.

No início da depressão 71% da renda das exportações eram provenientes do café, por isso a principal preocupação governamental era com a defesa do setor cafeeiro, que teve sua renda artificialmente defendida através da compra e, em muitos casos, destruição dos excedentes. Além disso, o Reajustamento Econômico – medida governamental que concedia perdão de até metade dos débitos dos agricultores junto aos fornecedores e ao sistema financeiro – contribuiu para a recuperação da renda do setor. (SUZIGAN, 1986).

De acordo com BAER (1979, p. 17): “Não demorou muito para que parte do capital líquido oriundo do programa de valorização do café e do programa geral do reajustamento econômico encontrasse o caminho para aplicar-se, direta ou indiretamente, em novas empresas industriais. Como resultado disso, a produção industrial, que se reduzira a 10% nos primeiros anos da depressão, já em 1933 recuperava o nível de 1929.”

TABELA 8 - PRODUÇÃO DE ALGUNS RAMOS INDUSTRIAIS (1929 = 100)

	1932	1933	1934	1935	1936	1937
1. Minerais não-metálicos	145,4	208,9	282,5	332,0	426,5	498,6
2. Metalurgia	90,2	130,5	155,3	172,2	202,0	225,3
3. Papel e papelão	102,2	238,8	290,9	424,1	459,7	546,9
4. Química e farmacêutica	73,4	82,7	79,2	105,0	113,2	133,6
5. Têxtil	127,4	131,0	145,7	165,4	195,8	207,5
6. Vestuário, calçados e artigos tecidos	67,3	71,2	74,6	94,7	110,9	121,0
7. Produtos alimentares	99,3	111,6	116,9	128,9	132,4	120,9
8. Bebidas	76,3	79,3	79,8	81,7	107,7	110,4

FONTE: AURELIANO (1999) p. 130

É a partir dos anos 30 que a produção industrial se transforma, passando a assumir caráter de liderança no país. Estimulou o crescimento da economia nacional

como um todo e apresentou grande aumento em sua participação no produto interno bruto. É nessa década que o crescimento industrial se intensifica, conforme se pode observar na Tabela 8, que apresenta o crescimento da produção de alguns importantes ramos industriais.

De acordo com SUZIGAN (1986, p. 88):

A rápida recuperação da economia brasileira, e particularmente da indústria de transformação, com relação aos efeitos da Grande Depressão tem sido explicada como resultado da implementação de políticas anticíclicas a partir de 1931, especialmente a política de defesa do café, e de mudanças nas variáveis de política comercial, especialmente a depreciação cambial, a qual aumentou o preço relativo das importações, e a imposição de restrição às importações. Políticas expansionistas continuaram a ser aplicadas no restante da década de 1930, da mesma forma que continuou a política de defesa do café, embora em escala decrescente. Além disso, o setor agrícola, principalmente os cafeicultores, receberam assistência financeira do governo federal por meio do Programa de Reajustamento Econômico.

Tem-se daí que foi somente depois de 1930 que as políticas comerciais passaram a ter real importância para o setor industrial brasileiro, das quais as principais eram: a depreciação cambial, que aumentava os preços relativos dos produtos importados; e as restrições não tarifárias às importações, que propiciavam o desvio da demanda para a indústria interna substitutiva de importações.

Esse desvio da demanda para as atividades industriais internas possibilitou a elevação das oportunidades de investimento e, conseqüentemente, a manutenção e até mesmo a aceleração do crescimento econômico por vários anos.

Demonstrando o início do período do processo de substituição de importações, forçado pela crise, TAVARES (1983, p. 76) discorre: "No ano de 1931 as importações caem em mais de 50% em relação ao nível de 1929, defendendo-se, como é natural, as importações de combustíveis e matérias primas e materiais que caem apenas de 35% e 36%, respectivamente, enquanto os bens de consumo e os de capital caem de 70% e 80%, respectivamente."

Durante a década de 30 os bens de consumo duráveis foram os que mais sofreram restrições às importações, pelo fato de serem produtos cujo consumo é mais facilmente compressível. No entanto, no final da década seguinte esses bens voltam a atingir níveis bastante elevados de importação, sendo ultrapassados apenas pelos combustíveis. (TAVARES, 1983).

No caso dos bens de consumo não-duráveis, mantiveram-se em média, durante os anos 30, 50% abaixo do nível de 1929, e no final da década seguinte

voltaram com muito custo aos níveis anteriores à crise, demonstrando o efetivo processo de substituição de importações pela demanda interna. Este processo de substituição foi especialmente maior para alimentos de origem animal, bebidas e alguns outros bens manufaturados mais simples. (TAVARES, 1983).

Em relação aos bens de capital, tem-se um comportamento bastante elástico. Também sofreram severa restrições às suas importações como os bens de consumo duráveis, mas com intensidade um pouco menor. Entretanto, ao final da década de 40 seu nível de importações não se expande como o daqueles, muito embora tenha voltado a crescer consideravelmente. Não houve, portanto, um processo de substituição tão grande como o ocorrido com os produtos intermediários, mas teve início a substituição em algumas faixas deste grupo de bens, como por exemplo, a das ferramentas agrícolas e do material ferroviário, que por sua vez corresponde à produção interna desses ramos industriais. (TAVARES, 1983).

Esta fase de recuperação da economia após a crise também é chamada de Industrialização Restringida. Tal denominação vem do fato de que apesar da prévia existência de um movimento interno de acumulação de capital industrial independente do capital mercantil, as bases técnicas e financeiras ainda não eram suficientes para que houvesse a implantação da indústria de bens de produção, a qual seria responsável pelo desenvolvimento da efetiva autonomia industrial, como explica MELLO (1991, p. 110):

Penso que em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial.

É a partir desta fase que ocorre a libertação do setor industrial da dependência que o ligava, direta ou indiretamente, aos lucros advindos da economia cafeeira. Nesse período a acumulação industrial urbana e a renda fiscal do governo se desvinculam efetivamente da acumulação cafeeira, submetendo-se a partir de então aos interesses do desenvolvimento urbano-industrial.

De acordo com TAVARES (1985, p. 104): “O importante, porém, não é o caráter substitutivo da produção industrial, que permite atender inicialmente a uma demanda cativa e a partir daí expandir-se. O ponto central é que este incremento de produção permite, pela primeira vez na história da indústria, reproduzir conjuntamente a força de trabalho e parte do capital industrial, num movimento endógeno de acumulação.”

O movimento de acumulação endógeno da produção industrial ocorrido na primeira metade dos anos 30 foi baseado na maior utilização da capacidade já existente nas indústrias, que em grande parte havia sido subutilizada na década anterior. Após o preenchimento desta capacidade ociosa – provocada pela crise ou anterior a ela – houve extraordinário crescimento da produção industrial, trazendo a lucratividade das empresas de volta.

Segundo AURELIANO (1999, p. 130):

[...] com a modificação dos preços relativos trazida pela crise, a lucratividade esperada da indústria leve de bens de produção foi favorecida. O diferencial de rentabilidade em seu favor estimula inversões no setor, que passa a crescer aceleradamente, apoiado basicamente na própria demanda, na medida em que o aumento da produção industrial, pressionando a capacidade para importar, encarrega-se de manter continuamente o diferencial de rentabilidade a seu favor. A indústria de bens de consumo assalariado, em vez de ligar-se primordialmente ao complexo exportador cafeeiro, passa a ligar-se à reprodução da força de trabalho industrial.

Força esta, que a partir da década de 30 vem principalmente das migrações internas, e não mais das externas como ocorrido nos anos anteriores, sendo os migrantes vindos em sua maioria da região nordestina.

Com relação à indústria pesada de bens de produção, os esforços de investimento do Estado Novo não foram suficientes, visto que somente com o financiamento do governo norte-americano (por motivos político-militares do período da Segunda Guerra Mundial) a siderurgia tornou-se possível no Brasil (em 1946). A questão petrolífera seria resolvida apenas em 1954, com a criação da Petrobrás. As outras indústrias químicas pesadas desenvolveram-se ainda mais tarde, devido à dificuldade em obtenção da tecnologia de ponta necessária.

É somente ao final da década de 50, mais especificamente entre os anos 1956 e 1961, que o processo de industrialização pesada se efetiva. É nessa fase que se verifica uma onda de inovações, de onde surge um novo padrão de

acumulação, o qual implica num crescimento acelerado da capacidade produtiva da indústria de bens de capital e de bens de consumo duráveis, ampliando-se muito à frente da demanda preexistente.

O processo de industrialização pesada no Brasil foi comandado pelo Estado juntamente com o capital oligopolista internacional, uma vez que a burguesia industrial nacional não possuía condições de levar adiante tal processo, pois não dispunha da tecnologia e do capital necessários, pois que estava atrelada à indústria leve e não detinha suficiente poder de acumulação. Além disso, não era capaz de se associar ao Estado nessa empreitada de modo que não incorresse em estatização quase que total dos novos setores. Portanto, a saída encontrada foi a permissão da entrada do capital estrangeiro nos novos setores atuando ao lado do capital estatal, embora este último tenha sido relativamente limitado.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como propósito principal mostrar a importância do café para o início do processo de industrialização no Brasil. Tendo sido um dos produtos que mais trouxe rendimentos ao país, na época em que este possuía apenas uma economia agroexportadora, resultou em grandes oportunidades de investimento para o capital.

Foi em meados do século XIX que o café apareceu como alternativa exportadora para os produtores dos ciclos econômicos anteriores, os quais haviam entrado em decadência.

Em pouco tempo o Brasil tornou-se o maior produtor mundial de café, proporcionando maior inserção do país no comércio internacional. Para que atingisse esse patamar, foram de suma importância as condições bastante favoráveis ao plantio cafeeiro, como por exemplo, o clima e o solo principalmente das regiões do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Mais tarde com a vinda dos imigrantes foram também nesses três estados onde se estabeleceram primordialmente.

O café foi responsável por grande parte dos investimentos feitos no país no final do século XIX, os quais se direcionaram para a construção de estradas de ferro, subsídios à entrada de imigrantes, implantação do trabalho assalariado e consequente criação de um mercado consumidor interno. Esses fatos foram de grande contribuição para o aumento da renda nacional, que muitas vezes foi direcionada para o início da capitalização do setor industrial.

As ferrovias foram de extrema importância para o escoamento da produção, pois com o crescimento das lavouras, estas acabavam ficando cada vez mais longe da região litorânea e, conseqüentemente, dos portos.

O trabalho assalariado, no entanto, deu-se muito mais por interesses internacionais do que por qualquer outro motivo, interesses esses ligados a uma nova dinâmica de acumulação, tendo acontecido de forma mais imposta do que natural.

As primeiras pequenas indústrias a surgirem foram nas imediações das lavouras, as quais por não possuírem muita tecnologia foram destinadas à produção

para o mercado interno. Essas indústrias eram as têxteis, de juta, sacarias e calçados. Contudo, o capital cafeeiro, através de sua diversificação, não foi o único a contribuir com o desenvolvimento da indústria no início do século XX, pois muitos imigrantes também investiram nesse setor. Os capitais, a princípio, eram destinados às indústrias locais, que se situavam nos arredores das lavouras.

As pequenas indústrias estavam ainda muito ligadas ao capital mercantil advindo das exportações cafeeiras, o que fazia com que a economia brasileira ficasse muito vulnerável e dependente do resultado do comércio internacional. Quando havia crises no setor exportador, o Brasil como um todo era afetado.

Assim, percebe-se a importância da desvinculação do capital industrial do cafeeiro, e lentamente começa a surgir um setor industrial ajudado pelo governo, com benefícios e subsídios, principalmente no que diz respeito à importação de máquinas e equipamentos de bens de produção.

No final da década de 1920, com o advento da crise mundial, o Brasil perde seu mercado externo. A partir daí os recursos para a industrialização passam a ser prioridade para o país, sendo que as indústrias de bens de consumo foram as que primeiramente se desenvolveram, sem, entretanto, deixarem de necessitar de importar máquinas e equipamentos, devido à baixa tecnologia ainda disponível.

Na década seguinte, através de políticas nacionais, inicia-se o período de substituição das importações. Estas políticas foram muito importantes para que o país conseguisse maior autonomia e independência do capital agroexportador, mudando a forma da condução dos investimentos.

A chamada indústria pesada foi implantada no Brasil somente na década de 1950, quando o país estava mais estabilizado e sabia-se que uma alta demanda compensaria o grau de investimento. É nesta década que surge a Companhia Siderúrgica Nacional.

Conclui-se, portanto, que o capital proveniente do café, através da transformação das relações de produção, encaminhou o Brasil para o inevitável início do desenvolvimento industrial, mas que poderia ter sido muito mais tardio sem a contribuição deste capital cafeeiro.

6 REFERÊNCIAS

AURELIANO, L. **No limiar da industrialização**. 2ª edição – Campinas: UNICAMP, IE, 1999. (Coleção Teses).

BAER, W. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 4ª edição aumentada – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2ª edição – São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

COSTA, E. V. da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**. 2ª edição – São Paulo: Difel, 1971.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32ª edição – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

MELLO, J. M. C. de. **O Capitalismo Tardio**. 8ª edição – São Paulo: Brasiliense, 1991.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 46ª reimpressão – São Paulo: Brasiliense, 2004.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

STOLCKE, V. **Cafeicultura – homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, M. da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 11ª edição – Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TAVARES, M. da C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1985.